

1. Introdução

Era no tempo do Rei. Uma negra velha vinha descendo do Morro do Castelo pela ladeira da Misericórdia, fiando enquanto caminhava. Ao chegar à curva da ladeira de onde se avistava, de súbito, o centro comercial da cidade e o seu porto não pode conter a exclamação: “Como este Rio de Janeiro ficou grande!”.

Quem narra esse episódio é o comerciante inglês John Luccock, que chegou ao Rio de Janeiro poucos meses após a publicação da Carta Régia de abertura dos portos por D. João.¹ O motivo da exclamação da negra foi, segundo Luccock, não só o número de edificações novas que era possível se vislumbrar na cidade, mas principalmente a visão de inúmeras velas de navios mercantes e de carreira surtos no porto.

A instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro e a transformação da capital da colônia em sede do Império Português, propiciou uma série de mudanças tanto no aspecto físico da cidade quanto nas formas de comportamento de, pelo menos, uma parcela da sua população, que adaptavam a cidade à sua nova função. O crescimento do movimento de mercadorias e pessoas no porto da cidade, que se seguiu à decretação das Cartas Régias de abertura dos portos e de liberação das indústrias, observado pela negra que descia do Morro do Castelo, é um símbolo dessas transformações. Além do aumento no movimento comercial, nesse período a cidade vê um aumento significativo no seu número de habitantes (que, segundo alguns autores, praticamente dobrou entre 1808 e 1821)², incrementado pelos incontáveis emigrados portugueses, por europeus de diversos outros países e por habitantes de outras capitanias que não cessaram de chegar ao longo dos treze anos de permanência da corte portuguesa no Rio de Janeiro. Assim como também não cessaram de chegar novas levas de escravos vindos da África e, também, de outras capitanias.

Ao mesmo tempo, as transformações propiciadas pela vinda da família real para o Rio de Janeiro expressaram-se também na imposição aos habitantes da

¹ LUCCOCK, J., *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil, tomadas durante uma estada de 10 anos nesse país, de 1808 a 1818*, p. 28.

² A esse respeito ver a obra do próprio LUCCOCK, op. cit., p. 28. Ou ainda SILVA, J. L. W. da. “O Crescimento da cidade do Rio de Janeiro: de cidade colonial à corte imperial 1763-1831”. in: SILVA, J. L. W., NEDER, G.; NARO, N.; *A Polícia na Corte e no Distrito Federal*, p. 17.

cidade de novos padrões de comportamento público e privado, mais adequados ao convívio na corte e aos novos espaços de sociabilidade freqüentados pela nobreza e pela *boa sociedade* do Rio de Janeiro, dos quais a Ópera é o melhor exemplo.

No tocante ao aspecto físico da cidade, a instalação da corte e o aumento no número de habitantes impulsionou a expansão dos limites geográficos do núcleo urbano; demandou um grande investimento em obras de melhoria da precária infra-estrutura da cidade; suscitou a preocupação com a aparência na construção dos imóveis; e determinou a refuncionalização de diversos espaços tradicionais da cidade (como o Convento do Carmo e a Casa da Câmara e Cadeia) no intuito de abrigarem os serviços do Paço e órgãos da administração do Império Português.

Os contemporâneos interpretavam essas transformações urbanas e sociais como a difusão de uma *Civilização*, cujo estopim detonador foi a instalação da corte na capital da colônia. Para eles, as transformações físicas no espaço da cidade e a imposição de um novo padrão de comportamento, que condenava velhos hábitos e costumes oriundos do período colonial, difundiam na nova capital do Império Português os elementos daquilo que era considerado um ideal europeu de *Civilização*. O Padre Luís Gonçalves dos Santos, principal cronista e panegirista do reinado de D. João no Rio de Janeiro, fez um elogio das medidas tomadas pelo Príncipe-Regente, e depois rei, de Portugal. Medidas que, na sua interpretação, teriam o intuito de tirar a colônia da situação de *barbárie* em que até então jazia, como se aquele estado de coisas não tivesse sido obra da própria Coroa portuguesa. Gonçalves dos Santos elenca os elementos componentes daquele que era visto como um verdadeiro *processo civilizador*:

“Tudo isto vemos hoje, senão com admiração, porque estas coisas insensivelmente se fazem diante dos nossos olhos, certamente com gratidão à augusta presença do senhor D. João VI, com a qual este país de rude, e agreste vai aos poucos povoando-se, civilizando-se, e embelecendo-se, bem como depois de um rigoroso inverno se anima, reverdece e floresce a natureza com a chegada da risonha primavera. Sim, com a vinda de Sua Majestade para o Brasil extinguiu-se o antigo sistema colonial, que não permitia aos brasileiros mais do que agricultura, o trabalho das minas do ouro, e as artes fabris indispensáveis, sem as quais não podem os homens viver em sociedade. *Mas, apenas chegou Sua Majestade, quando logo franqueou o comércio, permitiu a indústria, facultou as artes, e ciências, admitiu os estrangeiros, mandou abrir estradas, facilitou a comunicação dos povos e, entre outros bens, que nos concedeu, promoveu a civilização.* Ora todos sabem quanto poder tem ela sobre os homens, e sobre o terreno, que eles habitam, por mais rudes e bárbaros que tivessem sido”.³ [grifo meu]

³ SANTOS, L. G. dos, *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*, vol. 2, p. 122/123.

A tentativa de construção dessa *Europa possível* nos trópicos, na expressão de Afonso Carlos Marques dos Santos,⁴ foi feita sob a fiscalização da Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, comandada pelo conselheiro Paulo Fernandes Vianna. Órgão de múltiplas atribuições, que incluía desde os serviços de urbanização da cidade até o controle da entrada de idéias revolucionárias na colônia, e que tinha como principal função a difusão e manutenção dessa *civilização*, sob os seus diferentes aspectos, no Rio de Janeiro.

Mas nem tudo era mudança no Rio de Janeiro de D. João. Com a narração da história da negra que diz ter visto descendo o morro do Castelo, Luccock quer nos fazer crer que o vulto das mudanças era tamanho que não passava despercebido nem mesmo por aquela parcela da população para quem nada mudou durante esse período. Paradoxalmente, a condição dos negros, livres ou escravos, e demais setores subalternos da escala social, era um exemplo das permanências numa época de mudanças e dos limites daquele processo civilizador emanado da instalação da corte. Para além da vida na nova corte, que os cronistas do tempo, como o Padre Luís Gonçalves dos Santos, relatam, havia um espaço de sociabilidade distinto, ocupado principalmente pela grande massa de escravos e homens livres e pobres existente no Rio de Janeiro daquela época.

Dessa forma, e essa é a idéia principal desse trabalho, com a instalação da corte portuguesa na cidade do Rio de Janeiro, a cidade se divide em duas: *Corte e Cidade*. *Dois cidades* que são, na verdade, a expressão de duas diferentes *sociabilidades*. Por um lado, a *sociabilidade da Corte*, com a criação de novos espaços-símbolo de civilização (como o teatro, o museu ou a imprensa) e a adoção de comportamentos *civilizados* à maneira das cortes européias, que chegam pelo porto da cidade embutidos em mercadorias inglesas e francesas; e por outro, a *sociabilidade da Cidade*, que expressava-se no comportamento daqueles habitantes que haviam nascido e crescido na cidade, fruto de séculos de contato direto com as colônias portuguesas do Oriente; e nos hábitos da grande massa de negros e mestiços, homens livres e pobres que povoavam as ruas do Rio de Janeiro. Não uma cidade partida, mas *duas cidades* que, *sobrepostas*, passam a coabitar o mesmo espaço, sem limites geográficos entre uma e outra. *Dois*

⁴ SANTOS, A. C. M. dos, “A fundação de uma Europa possível”. In: *Anais do Seminário Internacional D. João VI: Um rei aclamado na América*, p. 9 a 17.

cidades que, apesar de divergentes em muitos pontos, não existiam isoladamente, que por dividir o mesmo espaço, apresentavam necessários pontos de contato, trânsito e trocas culturais.

Essa divisão é mal percebida pela historiografia que, via de regra, ocupou-se apenas de um ou outro aspecto da vida no Rio de Janeiro desse período, de acordo com a intenção do autor, deixando de prestar atenção à interação existente. Dessa forma, por um lado, temos obras de uma historiografia mais ligada à narrativa de fatos políticos, como a de Oliveira Lima, que ressaltam o papel do Rio de Janeiro como sede da Corte portuguesa, pouca atenção dando à presença nada desprezível dos escravos e homens livres e pobres nesse espaço;⁵ e, por outro, uma vasta historiografia mais recente, ligada à História Social, que se concentra na análise da vida desses setores sociais, principalmente dos escravos, na cidade nesse mesmo período.⁶ À pergunta se o Rio de Janeiro era à época uma cidade portuguesa, como sugere a obra de Oliveira Lima, ou uma cidade negra, como sugere o trabalho de Mary Karasch, proponho uma terceira alternativa: as duas coisas. Nem uma *Nova Lisboa*, nem uma *Nova Guiné*. A cidade apresenta uma dupla face que deve ser analisada em conjunto.

Enquanto corte e, por isso, centro de irradiação daquele processo civilizador de matriz européia para o restante do território da colônia portuguesa da América,⁷ o Rio de Janeiro acabou muitas vezes, no discurso de cronistas assim como na historiografia, por se identificar à totalidade do território. Identificação que se fortaleceu na medida em que a cidade continuou a ser a capital do Brasil, já independente de Portugal, durante os períodos imperial (1821-1889) e republicano (1889-1960), continuando também a servir como pólo irradiador de outros projetos civilizacionais.

Durante o Império, principalmente durante o II Reinado, como explicou Ilmar R. de Mattos, a necessidade da centralização do poder e da integração do vasto território do Império do Brasil impunha a implementação de um projeto civilizacional, que devia propagar-se em círculos concêntricos a partir da Corte e

⁵ LIMA, O., *D. João VI no Brasil*. Às quais se podem somar também as crônicas contemporâneas como a de Luís Gonçalves dos Santos.

⁶ Da qual podem ser tomados como exemplos os livros de KARASCH, M., *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro*; ALGRANTI, L. M., *O Feitor ausente*; ou SILVA, M. R. N. da, *Negro na Rua*.

⁷ Como explicou Norbert Elias, durante o Antigo Regime não era propriamente a cidade que influenciava o país, mas a corte e a sua sociedade. A cidade apenas imitava a corte. ELIAS, N., *A Sociedade de Corte*, p. 62.

atingir as províncias mais afastadas com uma dupla tarefa de *manutenção da ordem e difusão da civilização*.⁸ Dessa forma, durante o reinado de D. Pedro II, o Rio de Janeiro exerce fortemente a função de espaço de exemplaridade de uma nação civilizada.

Durante o período republicano essa identificação entre Rio de Janeiro e Brasil se acentua. Principalmente nas primeiras décadas do século XX, quando a cidade volta a ser o centro irradiador de um projeto civilizatório, expresso no processo radical de reestruturação do seu espaço urbano, comandado pelo prefeito Francisco Pereira Passos (1903-1906), que não somente modificou a sua aparência física como procurou disciplinar o comportamento da população que circulava pelo centro da cidade *saneada*. “O Rio civiliza-se!”, era a palavra de ordem da época, divulgada em jornais e revistas. Essas reformas tinham como intuito adaptar a cidade aos moldes de uma economia burguesa-capitalista, num processo de inserção compulsória do país à *belle époque*.⁹ A capital do país deveria servir de *vitrine* para os povos estrangeiros, tendo em vista a captação de investimentos externos; mas, ao mesmo tempo, deveria, igualmente, ser o *espelho* onde se pretendia ver refletida a auto-imagem construída pelas elites dominantes do país para a nação.¹⁰

Porém, procuro mostrar no meu trabalho que a idéia da implantação de um *processo civilizador* que fizesse do Rio de Janeiro, o símbolo do *progresso* ou da *civilização* da nação, fosse essa nação portuguesa ou brasileira, é muito anterior aos primeiros anos da República. Chamar a atenção para a vigência, já no período joanino, de um projeto civilizatório que, a partir da capital da América portuguesa deveria se espalhar por todo o seu território,¹¹ permite ressaltar a antiguidade desse discurso que identifica a cidade ao país.

Nos primeiros anos da República, porém, esse discurso de identificação que faz da cidade o duplo do país tem um desdobramento que vai dividir a história da cidade em dois momentos. De acordo com o discurso difundido principalmente por cronistas entusiastas das reformas urbanas do início do século XX (como Luiz Edmundo e Olavo Bilac), a história da cidade vai passar a dividir-se, então, em

⁸ MATTOS, I. R. de, *O Tempo Saquarema*.

⁹ Como o denominou SEVCENKO, N., “A Inserção compulsória do Brasil na *Belle Époque*” In: *Literatura como Missão*. p. 25-68.

¹⁰ A idéia do Rio de Janeiro como vitrine e espelho devo a KESSEL, C. *A vitrine e o espelho: O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*.

¹¹ Mas, certamente, não por toda a sua sociedade. Como pretendo deixar claro nesse trabalho.

antes e depois da, assim chamada, *regeneração*. Segundo esse discurso, o Rio de Janeiro *pré-regeneração*, ou seja, o Rio de Janeiro das eras colonial e imperial eram uma e a mesma coisa, como se desde a sua fundação até aquele momento a cidade não tivesse sofrido nenhuma transformação significativa no seu espaço urbano nem no comportamento dos seus habitantes. Enquanto o Rio de Janeiro *pós-regeneração* seria outra coisa diametralmente oposta àquela. Essa indiferenciação entre o Rio de Janeiro colonial e o imperial, feita nas primeiras décadas da República, tinha o intuito de associar aqueles dois momentos da vida da cidade com a idéia de *atraso*, enquanto que, por um movimento simultâneo, identificava-se o Rio de Janeiro republicano, *saneado* e *civilizado* por Pereira Passos, como o lugar da *ordem* e do *progresso*.

O estudo das mudanças propiciadas pela instalação da corte portuguesa na capital da sua colônia da América é uma forma de rebater essa idéia, implícita no discurso dos cronistas republicanos, de que o Rio de Janeiro era, até o início do século XX, a expressão do *atraso* do país. O período joanino pode ser considerado um marco de distinção entre o que veio antes (o Rio de Janeiro capital da colônia portuguesa da América) e o que virá depois (o Rio de Janeiro capital do Império do Brasil). A observação das mudanças impostas no Período Joanino, nos permite ainda vislumbrar o que era considerado no início do século XIX, hábitos e costumes *tipicamente coloniais*. Denominados como *atrasados*, *não civilizados*, inadequados enfim, para a vida numa sociedade de corte. Nesse ponto, o vocabulário mudou muito pouco entre o Período Joanino e a Primeira República. O *colonial* continuou sendo símbolo do atraso, variando bastante, porém, o conteúdo daquilo que era considerado *tipicamente colonial*.

O presente trabalho é um convite ao leitor a conhecer essa cidade que se transforma para se adaptar à condição de sede de um Império e ao gosto de uma sociedade de Corte. E que, ao fazê-lo, contraditoriamente, evidencia aquilo que pretende esconder, ou deixar para trás como característico de uma outra época e de uma outra situação política e social: as suas permanências. Aquilo que ela tem de *tipicamente colonial*.

O nosso passeio pelo Rio de Janeiro de D. João vai se dividir em quatro momentos. No primeiro, pretendo levar o leitor a um passeio pela construção da memória do período de reinado de D. João no Rio de Janeiro. Memória plural, em disputa e em constante reconstrução. Ressaltando a transformação dessa memória,

no intervalo de pouco mais de um século (entre 1825 e 1937), de uma memória *do* reinado de D. João em uma memória *para* o reinado de D. João. Na última parte desse capítulo, desembarcamos no Rio de Janeiro em 1808 juntamente com o comerciante inglês John Luccock, e vemos como, imbuído de um ideal iluminista de *Civilização*, ele identifica o caminhar de um *processo civilizador* que altera a situação cultural da antiga colônia portuguesa, ao longo do seus 10 anos de permanência no Brasil. Processo deflagrado sob os auspícios da instalação da corte no Rio de Janeiro e, principalmente, sob a influência da presença sempre maior de europeus vindos dos então considerados centros de *Civilização* (Inglaterra e França) e da difusão de seus hábitos *civilizados* no Rio de Janeiro. A partir de então, essa cidade, enquanto corte, começa a desempenhar o papel de centro difusor de *Civilização* para a totalidade do território da colônia.

No capítulo seguinte, passeamos propriamente pelas ruas da cidade, observando as mudanças que o seu espaço físico é obrigado a sofrer para adaptar-se à sua nova condição de corte e capital do Império Português. Essa sua nova função, de centro difusor de *Civilização*, exige que esse processo civilizador se expresse em primeiro lugar no seu próprio espaço urbano e, dessa forma, influencia as transformações urbanas que a cidade é obrigada a sofrer para abrigar seus novos habitantes e os órgãos de administração do império português. O grande volume de obras pelas quais passa a cidade nesse período foram compreendidos pelos contemporâneos como expressões em pedra e cal daquele *processo civilizador*. E, se *urbano* era sinônimo de *civilizado* para os contemporâneos de D. João, os *campos da cidade*, espaços não totalmente integrados à malha urbana, eram a representação física dos limites dessa *civilização*. Lugar dos *colonizados* (ciganos, negros, mestiços, escravos, homens livres e pobres), da *outra cidade* que dividia o espaço urbano do Rio de Janeiro com a *Corte*. Durante esse período, é possível identificar mudanças e permanências no simbolismo de certos espaços. Em primeiro lugar, no simbolismo da própria cidade, que tem reforçada a sua identificação com a antiga capital do Império pelos habitantes de outras partes da colônia, no apelido que ganha de *Nova Lisboa*.

A partir desse ponto, vamos nos deter na análise de cada uma daquelas *duas cidades* em separado, procurando apreender suas características. Em primeiro lugar, a *Corte*. A instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro e,

consequentemente, de uma *sociedade de corte*, com suas regras de etiqueta e espaços de sociabilidade próprios (como as cerimônias públicas e o teatro), determina a necessidade de uma mudança de comportamento de uma parcela da população da cidade. Aquela parcela que pretende conviver nessa corte e usufruir dos privilégios que a proximidade do monarca pode propiciar (como cargos na administração do império, títulos de nobreza e outras mercês). Mas, ao mesmo tempo, essa população tinha uma forma de comportamento própria da sociedade colonial e de séculos de contato direto com as colônias portuguesas da Ásia. Comportamento esse exemplificado pela reclusão feminina ou pelas maneiras à mesa, mas que não se expressava apenas na esfera privada. E que era considerado exótico por ingleses e franceses que passavam pela cidade nessa época e inadequado ao convívio na corte por aqueles que eram os responsáveis por ditar as regras de comportamento nesse novo espaço de sociabilidade. A ação da polícia do teatro mostra o esforço de difusão da civilidade necessária ao comportamento na *Corte* e, ao mesmo tempo, os limites desse processo civilizador.

Por fim, no último capítulo me detenho na análise daquela outra forma de sociabilidade também existente no espaço urbano do Rio de Janeiro, e que denomino, por contraposição à *sociabilidade de Corte*, de *sociabilidade da Cidade*. Expressão dos grupos sociais não atingidos diretamente pelo processo civilizador emanado da *Corte*: ciganos, negros, mestiços, escravos, homens livres e pobres. A massa dos *colonizados* que ocupava as ruas, praças e chafarizes do Rio de Janeiro e que expressavam com a sua forma de sociabilidade própria um *contraponto* àquele processo civilizador e, ao mesmo tempo, a sua *contradição* na medida em que a *Corte* necessitava da *Cidade*. Sociabilidade que se desenvolvia tendo por base o trabalho realizado em grupo, o jogo da casquinha ou da capoeira, e que aparecia aos olhos dos responsáveis pela ordenação do espaço urbano como expressão de uma *desordem* que cumpria à Polícia organizar e circunscrever. Tarefa que se tornava mais difícil na medida em que a própria Polícia participava, muitas vezes, dessa *desordem* por ser constituída pelos mesmos elementos que compunham a sociabilidade da *Cidade*. Mas, a interação entre as *duas cidades* não se dava apenas com base no conflito. A existência autorizada de irmandades de negros e mulatos, que contavam com a sua própria corte (a corte do rei Congo), é um exemplo de relação de negociação que deveria necessariamente existir *entre a Corte e a Cidade*.